Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Por uma Geografia da Alienação: ontologia, trabalho e espaço

Leonardo Peçanha de Souza Santos

Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ)
São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil.
pecanhadesouzasantos@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Por uma Geografia da Alienação: ontologia, trabalho e espaço

Resumo

Este artigo se debruça sobre o tema da alienação a partir da ontologia marxista do ser social, buscando compreender a sua expressão espacial e apontar os desdobramentos que essa relação assume no mundo contemporâneo. Com base nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx e em suas leituras por autores como Lukács e Mészáros, evidencia-se que o trabalho, fundamento do conjunto das relações sociais (socialidade), quando alienado gera múltiplas formas de estranhamento do ser social em relação à natureza, à sua atividade, ao seu ser genérico e também aos demais indivíduos. Trata-se, portanto, de um processo que se enraíza nas bases ontológicas do ser e repercute diretamente na organização da vida social. Em diálogo com Milton Santos e Ruy Moreira, demonstra-se que o espaço, enquanto instância ativa da sociedade, participa dessa dinâmica ao produzir e reproduzir essas alienações por meio de processos como desterritorialização, fragmentação e individualismo. Esses autores também mostram como o espaço pode contribuir de forma própria para a superação dessas alienações, evidenciando que o espaço não é mero palco neutro e reprodutor, mas agente constitutivo da sociedade em suas diferentes escalas. Trata-se, portanto, de uma investigação teórico-bibliográfica, fundamentada na análise ontológica e crítica da produção marxista e geográfica, onde se conclui que construir uma Geografia da Alienação é essencial para interpretar o capitalismo contemporâneo — marcado por guerras, colapso ambiental, exploração, migrações em massa e desigualdades — e para pensar sua suprassunção (*Aufhebung*) em direção a novas espacialidades emancipatórias e geograficidades cidadãs.

Palavras-chave: Alienação; Trabalho; Espaço; Ontologia; Geografia

Toward a Geography of Alienation: ontology, work and space

Abstract

This article focuses on the theme of alienation from the perspective of the Marxist ontology of social being, seeking to understand its spatial expression and to highlight the developments that this relationship assumes in the contemporary world. Based on Marx's Economic and Philosophical Manuscripts and their readings by authors such as Lukács and Mészáros, it is shown that work, the foundation of the whole set of social relations (sociality), when alienated, generates multiple forms of estrangement of the social being in relation to nature, to its activity, to its generic being, and also to other individuals. It is, therefore, a process that is rooted in the ontological bases of being and directly impacts the organization of social life. In dialogue with Milton Santos and Ruy Moreira, it is demonstrated that space, as an active instance of society, participates in this dynamic by producing and reproducing these alienations through processes such as deterritorialization, fragmentation, and individualism. These authors also show how space can contribute in its own way to the overcoming of these alienations, evidencing that space is not a mere neutral and reproductive stage, but a constitutive agent of society at its different scales. It is, therefore, a theoretical-bibliographic investigation, grounded in the ontological and critical analysis of Marxist and geographic production, where it is concluded that developing a Geography of Alienation is essential to interpret contemporary capitalism—marked by wars, environmental collapse, exploitation, mass migrations, and inequalities—and to think about its sublation (Aufhebung) towards new emancipatory spatialities and civic geographies

Keywords: Alienation; Work; Space; Ontology; Geography

Introdução

Quando os "deuses condenaram Sísifo a empurrar incessantemente uma rocha até o alto de uma montanha, de onde tornava a cair por seu próprio peso", pensaram, "com certa razão, que não há castigo mais terrível que o trabalho inútil e sem esperança" (Camus, 2024, p. 137). Essa não é uma passagem isolada da literatura "universal" sobre a falta de sentido da vida, mas, se é verdade que não "há romance que possa falar da problemática humana (...) fora da sua contextualidade espaço-temporal" (Moreira, 2007, p. 144), então podemos nos valer dessa imagem mítica a fim de ilustrar um problema moderno (e inicialmente ocidental) explorado por romancistas, filósofos e por todos aqueles que, ao longo dos últimos séculos, se viram desconectados do seu trabalho e do mundo ao seu redor.

Muitos autores, assim, escreveram (e continuam a escrever) sobre essa experiência de desalento, mas, segundo Lukács (2018), haveria um equívoco comum entre a maioria deles: a ausência de uma ontologia do ser social que seja efetivamente dialética e firmada no materialismo. Essa ausência os induz a atribuir ao espírito um problema – e uma solução – cuja raiz deveria ser a terra. Ainda segundo o mesmo autor, "ninguém se ocupou tão extensamente quanto Marx com a ontologia do ser social" (Ibidem, p. 25), sendo nos chamados Manuscritos de Paris de 1844 (também conhecidos como Manuscritos Econômico-Filosóficos) que ele, "pela primeira vez na história da filosofia", tornou "possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas" (Ibidem, p. 284-285). Essa nova perspectiva materialista se deu por entender todo o divórcio da vida com a sua riqueza de sentido sob a base do trabalho alienado, "componente este que", dialeticamente, "acompanhará toda a constituição da crítica da economia política" (Netto, 2020, p. 100)[1].

Assim, os citados Manuscritos se mostram decisivos não apenas pelos problemas que neles emergem, mas também pela explicitação do próprio método marxiano. Cabe, contudo, um esclarecimento terminológico importante para este artigo. Reconhecemos que, na tradição marxista aqui mobilizada, a dimensão histórica não constitui elemento acessório

[1] Aqui se rejeita a separação entre um "jovem Marx filósofo" e um "velho Marx economista", entendendo que os fundamentos filosóficos presentes nos Manuscritos de 1844 acompanharam Marx durante toda a sua maturidade intelectual, assim como a crítica da economia política foi decisiva para a elaboração de sua teoria da alienação (Mészáros, 2006).

ou exterior ao método, mas integra de modo constitutivo a apreensão dialética das determinações materiais da vida social. Ainda assim, optamos por utilizar predominantemente a expressão materialismo dialético, entendendo que nela a historicidade já está necessariamente pressuposta, e não ausente. Essa escolha busca evitar uma compreensão meramente literal ou classificatória do termo "histórico", como se a afirmação da historicidade exigisse o acréscimo de novas designações ao marxismo. Ao contrário, partimos do entendimento de que a historicidade das condições materiais só pode ser efetivamente compreendida em sua dinâmica contraditória, relacional e concreta, isto é, dialética, o que inclui também determinações espaciais, culturais e outras mediações da vida social.

É a partir desse horizonte metodológico, portanto, que na primeira parte deste artigo recorreremos aos citados Manuscritos à luz interpretativa de alguns dos seus mais renomados comentadores (como os já citados Lukács, Mészáros e Netto), a fim de conseguirmos identificar nesses estudos não só uma ontologia nascente, mas também as expressões de uma vida alienada e estranhada[2].

Adiantamos que toda essa alienação e estranhamento da vida serão entendidas aqui a partir do trabalho como fundamento ontológico do ser social (Lukács, 2018) e, mais especificamente, a partir do trabalho alienado, como bem nos lembra Mészáros (2006) ao chamar atenção para a materialidade desses fenômenos subjetivos; este mesmo autor nos diz que o conceito de *Aufhebung*[3] é "a chave para o entendimento da teoria da alienação de Marx" (Ibidem, p. 25); ou seja, Marx não apenas nos forneceu os instrumentos para entender as razões de uma vida onde impera o vazio existencial, mas também a possibilidade concreta de suprassumi-la.

[2] Sobre os termos *Entäußerung* e *Entfremdung*, seguimos novamente a leitura de Mészáros (2006), para o qual as duas palavras podem ser traduzidas tanto como alienação como estranhamento, mas ele também argumenta que quando Marx usa *Entäußerung* ele tende a se referir ao processo de exteriorização, de natureza mais material, enquanto *Entfremdung* aponta para o resultado desse processo: uma criação humana que retorna ao sujeito como algo estranho e hostil, revelando um caráter mais subjetivo e negativo.

[3] *Aufhebung* é um termo intraduzível em sua plenitude para o português. Nas traduções mais comuns, aparece como "suprassunção", que, inclusive, adotaremos aqui por vezes. No entanto, seu sentido em alemão carrega simultaneamente os significados de negação, conservação e superação em uma síntese propriamente dialética. Como explica Konder (2008), pode-se compreender essa lógica por meio da metáfora do trigo transformado em pão: o pão nega o trigo em sua forma original, conserva suas propriedades materiais e o supera em forma e função.

Na sequência, este artigo se desloca para o campo da Geografia, buscando compreender como essa ciência enxerga, por meio de seu objeto central — o espaço —, a alienação do trabalho. Para isso, recorreremos a dois autores que trataram amplamente do tema: Milton Santos e Ruy Moreira. No caso de Santos, partiremos de sua obra mais densa, *A Natureza do Espaço*, a fim de encontrar nela a concretização do espaço, sem desconsiderar outras contribuições importantes para a discussão da alienação, como *Pensando o Espaço do Homem* e *O Espaço do Cidadão*. Já em Ruy Moreira, buscamos construir uma ponte entre a Geografia e a obra de Lukács, que é tão presente em tudo o que discutimos até aqui. Feitas as relações entre trabalho e espaço contidas nos seus textos *O Que é Geografia* e *Marxismo e Geografia*, dialogaremos com os textos de cunho mais ontológico presentes no livro *Pensar e Ser em Geografia*, especialmente "O Mal-Estar Espacial", que contribuirá para entendermos a relação entre espaço e alienação para este autor.

É justamente no diálogo Milton-Ruy, assim, que identificamos a maior potencialidade de um materialismo dialético na Geografia, capaz de apreender as determinações da alienação espacial. Aqui, portanto, se entende que o espaço não é mero palco reprodutor das relações sociais e econômicas, mas também instância social própria que as determina e por elas é reciprocamente determinado, seja na criação de problemas específicos ou mesmo na maneira de superá-los. Em outras palavras, buscamos, a partir dos referidos autores, encontrar as determinações espaciais do materialismo dialético e, inversamente, as fundamentações materialistas e dialéticas do espaço.

Por fim, ressaltaremos a relevância da Geografia marxista na compreensão da relação entre trabalho, espaço e alienação, sobretudo diante dos impasses do presente. O desafio que se coloca é pensar como uma Geografia da Alienação pode iluminar a nova morfologia do trabalho alienado (Antunes, 2018) e seus atuais modos de alienação/estranhamento: das plataformas digitais que naturalizam a exploração sob o lema do "seja o patrão de si mesmo", às crises ambientais e humanitárias que reconfiguram o espaço geográfico em escala mundial. Sabemos que essas respostas não cabem em um único artigo — nem é essa nossa intenção. O objetivo deste artigo é, na verdade, analisar a alienação a partir da ontologia marxista do ser social, conferindo-lhe expressão espacial por meio do diálogo com a geografia crítica e, com

isso, provocar, traçar caminhos possíveis e, quem sabe, contribuir para que não seja mais preciso imaginar Sísifo feliz.

A Ontologia nos Manuscritos Econômico-Filosóficos: trabalho e alienação

Como brevemente exposto na introdução, nossa proposta ao abordar os Manuscritos Econômico-Filosóficos é identificar neles uma ontologia do ser social, formulada por Karl Marx pela primeira vez de forma materialista e dialética (Lukács, 2018). Essa não é, contudo, uma tarefa simples, uma vez que não se trata de uma obra publicada pelo próprio autor, e sim um conjunto de estudos, anotações e formulações dele, principalmente sobre Economia e Filosofia. Em outras palavras, trata-se mais de um conjunto de três cadernos de estudos pessoais do que um livro que tem como interesse explicar algo a outra pessoa que não a ele próprio, já que os métodos de investigação e de exposição não são coincidentes (Netto, 2011), além da dificuldade de traduções adequadas do alemão, como também expusemos, de forma breve, em notas de rodapé da introdução.

É por isso que um único artigo não poderia adentrar em todos os assuntos tocados por esses manuscritos, dadas as suas complexidades e inúmeras possibilidades de análise; portanto, decidimos focar a partir da última parte do primeiro caderno – intitulado "trabalho estranhado e propriedade privada" – já que é onde começa uma maior exposição do pensamento de Marx sobre questões centrais, delineando os fundamentos da sua ontologia materialista e dialética; para esse empreendimento, recorreremos a análises e interpretações de autores marxistas que consideramos fundamentais para uma compreensão mais aprofundada do texto, à luz dos avanços teóricos desde então.

Feitas as devidas ressalvas, podemos dizer que Marx teve duas grandes influências sobre o seu conceito de trabalho alienado, que é a grande síntese dos citados manuscritos: os filósofos do idealismo alemão, sobretudo Hegel, e os economistas políticos ingleses, com mais destaque para Smith e Ricardo[4]. Grosseiramente resumindo, Hegel totalizava o conceito de trabalho, mas não lhe dava o devido caráter prático, isto é, aquilo que lhe era específico de

[4] Vale destacar também o papel central de Engels com o seu *Esboço para a Crítica da Economia Política*, além da forte influência do materialismo de Feuerbach (ver Netto, 2020).

cada totalidade social (Mészáros, 2006), ao passo que os economistas ingleses apreendiam o trabalho em sua aparição sensível, mas de forma a-histórica ou, melhor dizendo, sem o caráter essencial para além do empirismo que vivenciavam, o que tornava a economia política incapaz de entender o movimento real do objeto (Netto, 2011), já que supunha "na forma do fato (*tatsache*), do acontecimento, aquilo que deve deduzir" (Marx, 2004, p. 80).

Foi graças a uma historicidade dialética e materialista que Marx pôde superar ambas as escolas. Para compreender essa superação, invoquemos os conceitos formulados por Mészáros (2006) – e enriquecidos por Antunes (1999) – de mediação de primeira ordem (o trabalho como fundamento ontológico do ser social) e mediação de segunda ordem (o trabalho em seu caráter alienado), os quais nos ajudam a interpretar o desenvolvimento desses temas ao longo dos manuscritos.

A mediação de primeira ordem é a própria definição do ser social, ou, em outras palavras, aquilo que permite o salto ontológico do ser puramente orgânico ao ser propriamente social por intermédio do ser inorgânico. Expliquemos.

Marx (2004) parte do pressuposto de que "o ser humano é uma parte da natureza" (p. 84), mas não é natureza apenas, e sim a sua suprassunção (*aufhebung*), que a nega, conserva e supera, se tornando com isso o "ser natural humano" (Ibidem, p. 128). É esse pensamento que o diferencia de todos que tentaram tratar de uma ontologia do ser social perante o formalismo e o idealismo, nos quais ou o "ser social não se distingue do ser em geral, ou se trata de algo radicalmente diverso (...) na forma do tosco contraste entre o mundo do ser material enquanto reino da necessidade e um puro reino espiritual da liberdade" (Lukács, 2018, p. 25).

Para ultrapassar essa dicotomia entre matéria e espírito, é necessário, primeiramente, aprofundar a relação suprassumida entre o ser natural e o ser social. O que define o ser natural, para Marx, é a sua objetividade expressada enquanto necessidades e poderes: todo ser natural é objetivo, porque tem necessidades fora de si, em outro objeto, assim como a capacidade de se realizar a partir da interação com outro ser objetivo, se tornando também objeto para ele. É por isso que

> Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser natural, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu objeto, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo (Marx, 2004, p. 127).

Portanto, todo ser natural tem necessidades e poderes objetivos. E o ser natural humano? Obviamente para seguir a linha de raciocínio, também tem de ter necessidades e poderes para ser objetivo, mas o que o torna especificamente humano, o diferenciando dos outros seres na medida em que deles também faz parte, é a sua socialidade: o conjunto das relações humanas capazes de transformar suas necessidades e seus poderes de forma consciente em outras necessidades e poderes. Portanto, a "natureza humana não é algo fixado pela natureza, mas, pelo contrário, uma 'natureza' que é feita pelo homem em seus atos de 'autotranscendência' como ser natural" (Mészáros, 2006, p. 156).

Essa "autotranscendência" não se dá de forma abstrata, mas se concretiza no processo do trabalho, isto é, no intercâmbio entre sociedade e natureza. É nesse processo que o ser humano, por meio do pensamento prévio e da ação coletiva, transforma a natureza e reciprocamente é por ela transformado. Por isso, o trabalho é o fundamento ontológico do ser social e, por excelência, a mediação de primeira ordem do ser natural-humano, já que é a categoria que expressa o pôr teleológico e funda toda a vida social, toda a socialidade, segundo todos os autores que nos acompanharam até aqui.

Esse caráter geral da categoria trabalho (tal como é aqui mobilizada como mediação de primeira ordem) é influência de Hegel no pensamento de Marx, já que se apresenta como síntese de toda a socialidade, quaisquer que sejam suas formas de expressão; no entanto, a diligência teórica de Marx vai além do que propunha o idealismo alemão e não abandona a questão por aí; seu real objetivo era o de entender como essa generalidade se expressava e mudava concretamente no sistema de metabolismo do capital, que "é idêntica à emergência de suas mediações de segunda ordem" (Mészáros, 1995, p. 117 apud Antunes, 1999, p. 20-21). Justamente por isso, Marx (2004) partiu "dos pressupostos da economia" política, aceitando "sua linguagem e suas leis" (p. 79) para, então, poder confrontá-las com o que chamamos aqui de mediações de primeira ordem. Aprofundemos as suas descobertas.

A partir da relação intrínseca e dinâmica entre o advento da propriedade privada, da troca e da divisão do trabalho, o trabalhador foi progressivamente separado (alienado) dos meios de produção e, com isso, da constituição, do controle e dos frutos do seu próprio trabalho. Ao contrário do que afirmavam os economistas políticos, essa condição não é natural, mas o resultado de um conjunto de mediações de segunda ordem, que alienam o ser social justamente daquilo que lhe é constitutivo: seu fator ontológico essencial. Alienado, o trabalhador já não cria com base em suas próprias necessidades e poderes, mas segundo as exigências de algo que não apenas lhe é externo, mas antagônico, criando, assim, um mundo que também se lhe apresenta como antagônico, hostil, sem sentido e estranho (Ibidem; Mészáros, 2006; Antunes, 1999).

O que o materialismo nos conduz até aqui, portanto, é a encontrar no trabalho alienado a gênese da alienação e do estranhamento minuciosamente investigados nos manuscritos, afinal, como mais uma vez nos elucida Mészáros (2006, p. 136), a "atividade não pode ser uma atividade inalienada, se o seu produto é a alienação". A dialética, por sua vez, nos leva a entender como essas expressões alienadas e estranhadas transfiguram, também, o próprio trabalho alienado.

Dito isso, passamos agora às quatro características do trabalho alienado e suas respectivas formas de alienação/estranhamento. Para isso, mais uma vez vamos nos valer do velho húngaro (Ibidem) na sua forma de organização e interpretação, tendo como base obviamente os Manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx, mas buscando, a fim de condensar as ideias, escrever a maior parte com as nossas próprias palavras.

O ser humano está alienado da natureza: como vimos, a mediação de primeira ordem revela a relação intrínseca entre o ser social e a natureza, cuja síntese é o ser natural-humano. Na sua relação dialética, um não existe sem o outro: é da natureza que provêm todas as coisas, e é por meio do trabalho que o ser social a transforma e ressignifica de modo qualitativamente novo. Ou, nas palavras de Lukács (2018, p. 288), mesmo "quando o objeto da natureza parece permanecer imediatamente natural, sua função de valor de uso já é algo qualitativamente novo em relação à natureza".

Já na mediação de segunda ordem (mediação da mediação) o ser humano encontra-se alienado da natureza: não reconhece seu meio de vida como natural-humano, oriundo da própria natureza transformada e humanizada, nem enxerga, na natureza, a expressão de si mesmo. Disso decorrem duas manifestações principais da alienação: ou a natureza é relegada a uma condição meramente instrumental, submetida à iminente destruição em nome de interesses econômicos; ou, ao contrário, é idealizada como exterior à humanidade, como na tragédia interpretativa de Alberto Caeiro (2022)[5] onde tudo que se refere à especificidade humana é tido como vil, antagônico à pura perfeição da natureza. Em ambos os casos, humanidade e natureza são divorciadas, alienadas, e os interesses de uma aparecem como hostilidade da outra.

O ser humano está alienado da sua própria atividade: o trabalho é o fundamento ontológico do ser social, como tanto já elucidado aqui. É a partir dele que o humano se humaniza ao transformar a natureza e a si próprio. É, portanto, a própria mediação de primeira ordem, por excelência (re)criadora de mundos inteiros e fundadora do ser natural-humano em toda a sua plenitude e seus pormenores. No entanto, no processo de mediação de segunda ordem através da propriedade privada, da troca e da divisão do trabalho, o humano foi alienado do controle da sua atividade e, portanto, de si mesmo. Não enxerga no trabalho o seu ser, nem no seu ser o trabalho; antes o contrário: percebe-se estranho à sua atividade, que é vista como um meio para a vida, nunca como a vida em si; é antes o tormento da sua existência, do que a sua existência manifestada no mundo. Ainda que goste da sua atividade, não enxerga nela a sua própria potência transformadora, mas a naturaliza como algo alheio e exterior a si.

O ser humano está alienado do seu ser genérico: ora, expressando as duas características anteriormente mencionadas, tem-se que o humano cria objetos a partir da natureza e da sua atividade produtiva que, por sua vez, o recriam de volta. Portanto, os produtos criados são parte da sua própria natureza, do seu próprio ser geral; olhar para um objeto, nesse sentido, é olhar para si mesmo. No entanto, o trabalho alienado faz com que os objetos não respondam às necessidades e muito menos outorguem reais poderes aos humanos

[5] Heterônimo de Fernando Pessoa.

de carne, osso e espírito. O indivíduo não enxerga no mundo ao seu redor a expressão do seu próprio ser. Não enxerga, portanto, em si o seu próprio ser genérico. É como se a humanidade fosse uma, ele outro; o mundo fosse qualquer coisa que ele próprio não é. Por isso a humanidade lhe é tão estranha, quando não hostil. Por isso ele venera Deuses e animais em detrimento da "podre" humanidade, sem perceber que os valores divinos, o amor aos animais e o julgamento do que é o bem e o mal não poderiam vir de outro lugar senão da ética construída pela própria espécie humana. Ou, pelo caminho inverso, idolatra os artifícios de uma humanidade alienada, rejeitando qualquer possibilidade de transformação, sem perceber, com isso, que o que há de mais humano não é o mundo alienado que se vê, mas a capacidade de transformá-lo e, com isso, transformar-se de volta.

O ser humano está alienado dos outros seres humanos: vimos até aqui que, no processo de trabalho, o ser social se realiza enquanto ser natural-humano, por meio da mediação consciente e coletiva da natureza. Essa socialidade é fundante da nossa individualidade e nos constitui enquanto espécie. Porém, na mediação de segunda ordem, o trabalho alienado nos força a nos enxergarmos como mercadorias em competição, reduzindo a alteridade a obstáculo ou ameaça. A essência social é transfigurada em "natureza humana" egoísta, como se a concorrência fosse inata, e não produto de relações do trabalho alienado, histórica e geograficamente determinadas. Inverte-se a lógica: em vez de entender o egoísmo como resultado da alienação, passa-se a naturalizar a alienação como expressão do humano egoísta. No extremo oposto, o indivíduo se dilui numa coletividade abstrata, impotente para agir e sem pulsões individuais próprias. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: estranhamento do indivíduo consigo e com os outros.

Como nos mostra Mészáros (2006, p. 21),

> o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do "estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo", de um lado, e as expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem e homem, de outro.

Eis que o trabalho alienado é o que funda, pois, toda a vida alienada e estranhada — tão bem expressa nas angústias silenciosas de Bernardo Soares (2023)[6]ou nos protagonistas

[6] Semi-heterônimo de Fernando Pessoa.

perturbados de Dostoiévski. A mediação de primeira ordem é subordinada à mediação de segunda ordem, que transforma todos os valores e aspectos da vida em mercadorias, convertendo o mundo em algo alheio, estranho e hostil àquele que, contraditoriamente, é ao mesmo tempo seu produto e seu produtor: o ser social.

Compreender o trabalho alienado em Marx, portanto, é compreender a cisão fundamental que atravessa o ser social: separado de si, da natureza, da sua atividade e dos outros, o ser humano já não se reconhece no mundo que produz e que, contraditoriamente, também o produz. A alienação, nesse sentido, não é um desvio acidental, mas a forma concreta da socialidade fundada na propriedade privada, na troca e na divisão do trabalho. Mas os Manuscritos não revelam apenas a origem do estranhamento, delineando também as bases para sua superação através da tarefa material. Libertar-se da alienação, assim, é transformar o próprio trabalho, recuperando nele sua essência: atividade livre, criadora e humana. E já que não há sujeito que não seja alienado em um mundo produzido pela alienação, podemos ao menos, de forma dialética, ser contra ela e lutar por um mundo que possa, enfim, se emancipar de uma vida sem sentido. Um mundo onde o trabalho deixe de ser apenas meio de sobrevivência e volte a ser a expressão plena do ser; onde todos os dualismos alienados se extingam, porque o seu fundamento alienante também terá sido suprassumido.

Em síntese, nesta primeira parte do artigo examinamos como o trabalho alienado se configura como fundamento ontológico da vida estranhada, rompendo a unidade entre o ser social e a sua atividade, a natureza, a sua espécie e os outros. No entanto, esse processo não ocorre em abstração, mas ganha materialidade em uma espacialidade historicamente construída, que não apenas abriga, mas também conforma e reproduz essas cisões. É a partir dessa mediação concreta que o espaço deixa de ser apenas cenário passivo para tornar-se instância ativa, estruturando práticas, valores e formas de vida em concomitância com a lógica da alienação. Por isso, na segunda parte, voltamo-nos à obra de Milton Santos e Ruy Moreira, cujas contribuições permitem compreender como o espaço, também ele produto do trabalho, assume determinação própria na dinâmica da alienação, tornando-se condição para sua reprodução, mas também campo possível de sua superação.

Ontologia do Espaço e Crítica da Alienação em Milton Santos e Ruy Moreira

Ao longo de sua trajetória intelectual, Milton Santos propôs distintas definições epistemológicas do espaço, formuladas em acordo com as exigências concretas de cada realidade analisada e com os diferentes momentos de amadurecimento teórico. Ainda assim, todas essas definições permaneceram articuladas a um mesmo esforço metodológico de apreensão da totalidade espacial. Apenas em *A Natureza do Espaço* Milton parece buscar um diálogo com uma ontologia do espaço; por isso acreditamos que partir da definição de espaço desta obra não prejudicará a leitura de seus textos anteriores, e sim a enriquecerá.

É na referida obra que o autor passa a definir o espaço como "o conjunto indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ação" (Santos, 2008, p. 62), onde,

> De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (Ibidem, p. 63).

Se é na relação entre esses sistemas que o espaço se forma e se transforma, é preciso, portanto, explicá-los, mesmo que de forma sucinta.

Santos começa trazendo uma distinção entre coisa e objeto, sendo a primeira, fruto da natureza, e o segundo um produto humano; a coisa teria causas e geraria consequências, mas não teria finalidade tal como tem o objeto, ou seja, uma intenção que só existe perante a práxis humana. No entanto, ele diz que no nosso período histórico "os objetos tomam o lugar das coisas", já que as "dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos" (Ibidem, p. 65).

Portanto, os sistemas de objetos incluem também aquilo que à primeira vista podemos considerar como naturais. Mas de que se tratam esses tais sistemas? Como o próprio nome sugere, "trata-se de um todo cujos elementos apenas são viáveis em conjunto" (Ibidem, p. 71); como exemplo podemos dizer que uma autoestrada só pode ser entendida em consonância ao automóvel, assim como este com suas peças, tecnologias, *commodities* relacionadas etc.

Já a "ação é um processo, mas um processo dotado de propósito (...) no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo" (Ibidem, p. 78)**.** Portanto, a ação também

é própria do ser humano, "porque só ele tem objetivo, finalidade". Esses "propósitos relativos às ações são realizados por meio dos indivíduos", mas não se restringem a eles, "incluindo, também, as empresas, as instituições" (Ibidem, p. 82).

Como prossegue Santos, as "ações resultam de necessidades, naturais ou criadas" (Ibidem, p. 82). O mundo do ser humano é produzido em uma totalidade social e, por isso, as ações não podem ser entendidas isoladamente, e sim em conjunto umas com as outras de acordo com essas necessidades em comum. Além disso, uma "ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto" (Ibidem, p. 95). Assim, um conjunto de objetos implica necessariamente um conjunto de ações e vice-versa.

Mas o que liga os objetos às ações de forma concreta são as técnicas, que "são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço" (Ibidem, p. 29). Em cada espaço, portanto, há não apenas a criação de novos objetos técnicos, mas também a maneira correspondente de agir sobre eles, além da possibilidade de ressignificação dos antigos por meio do processo de trabalho, ou, nas palavras do próprio autor, é "por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza a união entre espaço e tempo" (Ibidem, p. 54).

Ora, se o espaço é o conjunto técnico, "indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (Ibidem, p. 63) por intermédio do trabalho, então um trabalho alienado criaria, por consequência, sistemas técnicos de objetos e ações alienados e, por conseguinte, um espaço igualmente alienado, que por sua vez recriaria objetos e ações técnicas ainda mais alienadas num fluxo dialético ininterrupto. É por isso que o

> espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (Ibidem, p. 63).

Com essa base ontológica sobre o espaço alienado presente na principal obra de Milton Santos, podemos selecionar pelo menos quatro características de alienações espaciais

presentes ao longo da vida intelectual do autor, sem, é claro, querer esgotar o tema que é passível de múltiplas interpretações e desdobramentos:

Homogeneização/verticalidade: A produção de um lugar, sobretudo em um país do chamado terceiro mundo, está ligada aos interesses de outro lugar, em sua maioria do chamado capitalismo central. Assim, os objetos e as ações não correspondem às necessidades técnicas do lugar ou da região em que são produzidas ou que são impostas por meio do mercado, mas a interesses longínquos, de outra realidade material e ideológica, que leva à tentativa de padronização dos lugares em escala cada vez mais internacional, tirando os seus significados únicos e ricos de sentido (Idem, 2008; 2013; 2020; 2021a; 2021b).

Desterritorialização: Como nos mostra a narrativa de Fabiano e sua família em Vidas Secas (Ramos, 2013), o processo de migração agride o "indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar" (Santos, 2020, p. 82); por isso, a desterritorialização "é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento" (Ibidem), pois o sujeito "se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha" e alienada de si (Ibidem, p. 81).

Fragmentação: Embora o mundo do trabalho, como já mencionado, esteja cada vez mais mundializado enquanto produção espacial, essa não é a forma pela qual o indivíduo percebe o seu próprio trabalho. Longe de se reconhecer como criador de uma parte concreta do mundo, o sujeito vivencia sua atividade como algo ultra fragmentado e desvinculado do espaço que o cerca. Nas palavras de Santos, a "percepção desse grande espaço torna-se, então, fragmentária, enquanto o espaço circundante só explica uma parcela de sua existência" (Idem, 2021a, p. 28).

Individualismo: a sociedade do consumo e a fragilidade do trabalho geram um sentimento de todos contra todos, no qual não se busca mais a individualidade tão necessária para uma sociedade fraterna e verdadeiramente livre, mas sim um individualismo voraz, que provoca a guerra entre os lugares e seus moradores. Um individualismo que atribui valor ao ser humano com base no que ele tem e onde ele vive, frequenta e consome, criando julgamentos negativos contra o diferente (ou seja, aquele que não frequenta lugares da moda e não pauta sua vivência naquilo que pode ser monetizado). E a "força da alienação vem"

justamente "dessa fragilidade dos indivíduos" que "apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une" (Idem, 2020, p. 30).

Conseguimos identificar que a alienação espacial em Milton Santos, portanto, está associada a essas quatro características ao longo de sua vida intelectual. O ser humano, ao produzir o espaço, cria um entorno que não responde às suas necessidades locais, mas sim a lógicas globais, alheias e muitas vezes hostis aos seus interesses, o que o leva a não mais se reconhecer em sua própria espacialidade natal. Esse processo se intensifica quando ele é forçado a migrar para outros territórios, cuja territorialidade se expressa de forma ainda mais estranha, acentuando a sensação de não pertencimento. Essas dimensões mais amplas da alienação, ligadas à produção do espaço em sua totalidade, reverberam na subjetividade dos sujeitos de maneira ainda mais profunda: de um lado, o trabalhador enxerga apenas uma fração restrita do mundo do trabalho internacional, fragmentando sua percepção e reduzindo-a ao espacismo, isto é, ao conjunto de objetos e ações desconectados da totalidade; De outro, essa fragmentação fomenta uma mentalidade competitiva, esvaziando a individualidade autêntica dos sujeitos e alimentando um individualismo voltado à lógica do consumo, em detrimento dos interesses coletivos e da consciência social, cidadã.

No entanto, Milton Santos era um intelectual também da esperança, o que lhe permitia enxergar, até nos movimentos reais mais perversos, os caminhos para suas superações. Assim, partiu da análise sólida e concreta do espaço alienado para tentar vislumbrar também o seu retorno de significado, de sentido e de construção plena do ser espacial. É nesse caminho que ele enxerga, na alienação da região, a possibilidade de um retorno do território pelos lugares, que se recusam a serem todos iguais e provocam sentimentos, pensamentos e práticas anti-hegemônicas e horizontais (Idem, 2005). É assim que ele vê, no processo de desterritorialização, a possibilidade de reterritorialização, com o novo espaço sendo construído pela diversidade cultural; pela mesma via, percebe que o espacismo da fragmentação pode servir como ponto de partida empírico para uma espacialidade enraizada na totalidade social; e, de forma mais enfática, aposta que o consumidor desinformado seja justamente o germe de seu contraposto: o cidadão consciente, rico em individualidade precisamente porque age em consonância com os interesses coletivos

de cada espaço vivido, aproveitando as possibilidades técnicas da informação, nunca antes tão potentes na História do território usado. É assim que Milton Santos se torna a expressão na esperança de um espaço mais rico de consciência, integrado em ética, com sentido e significado para todos aqueles que o produzem e por ele são produzidos — mas sempre a partir de uma análise rigorosa do que é concreto e do que existe hoje de forma perversa, alienada.

Caminharemos agora com Ruy Moreira em sua ontologia do espaço. Nossa escolha por esse autor se dá por alguns motivos principais: acreditamos ser ele a maior ponte entre os marxistas lukácsianos e os geógrafos críticos brasileiros[7]. Em Ruy o trabalho adquire centralidade ontológica, sem, no entanto, se limitar a jargões acadêmicos da moda ou a meras reproduções conceituais para o campo da Geografia. Sua obra busca apreender as principais análises sobre o espaço geográfico a partir do materialismo e da dialética.

Assim, temas como trabalho, alienação e espaço atravessam uma infinidade de textos ao longo de sua trajetória intelectual, o que nos impossibilita, ao menos neste momento, de realizar um apanhado mais amplo ou uma síntese completa da ontologia aí implicada. Focaremos, portanto, nas obras *O que é Geografia* e *Marxismo e Geografia*, com o intuito de traçar a relação fundamental entre trabalho e espaço em Ruy. Em seguida, dialogaremos com os textos de cunho mais ontológico presentes no livro *Pensar e Ser em Geografia*, especialmente "O Mal-Estar Espacial", cuja riqueza contribui de modo decisivo para o debate até aqui estabelecido sobre ontologia e alienação do espaço.

Moreira (2019, p. 27) parte do princípio de que é a relação homem-meio que "faz o marxismo e a geografia comungarem de um mesmo ponto geral de começo". No entanto, "enquanto para o marxismo" essa relação "é plano abstrato do trabalho", "para a geografia é ela o próprio plano do concreto". Assim, para o autor, espaço – objeto central da geografia – e trabalho – fator ontológico fundamental do ser social para os marxistas lukácsianos – se encontram e se fundem, embora não sejam a mesma coisa. Em suas próprias palavras, em outro momento de síntese, Moreira afirma:

[7] Vale destacar o papel central e pioneiro que tiveram Armando Côrrea da Silva e Antônio Carlos Robert Moraes para esta ponte, como bem aponta Teixeira Coutinho (2017).

> O espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho. É a relação homemmeio [sic] na sua expressão historicamente concreta. É a natureza, mas a natureza em seu vaivém dialético: ora a primeira natureza que se transforma em segunda, ora mais adiante a segunda que reverte em primeira, para mais além voltar a ser segunda. É a história em seu devir perpétuo. História na sua expressão concreta de dada sociedade. E espaço como resultante/determinante dessas relações (Idem, 2009, p. 39).

Dessa forma, espaço e trabalho precisam ser compreendidos em inter-relação, onde um é, ao mesmo tempo, condicionante e condicionado do outro. O trabalho, em sua configuração alienada, só pode materializar-se em um espaço geográfico reprodutor da alienação.

Mas como essa relação se expressa nos textos aqui selecionados de Ruy Moreira? O autor argumenta que há três leis geográficas do mal-estar espacial na modernidade**:** a desnaturização, a desterreação e a desterritorialização**.**

Desnaturização: trata-se da "quebra do homem com a natureza" (Ibidem, p. 135), um processo que remonta à gênese da cultura judaico-cristã, a qual estabelece uma dicotomia entre corpo e alma. Nessa visão, o corpo é associado ao mundo pecador e ilusório, enquanto a alma é vinculada ao enlevo em direção ao mundo real e divino. Em sua forma moderna, essa cisão é reformulada: o corpo não é mais excluído da compreensão de mundo, mas passa a ocupar uma posição central, sendo reorganizado por uma nova dicotomia entre o inerte e o vivo. Com isso, segundo Moreira, o corpo é "institucionalizado como radical de uma parte e como natural de outra" (Ibidem, p. 136), o que consolida uma compreensão fragmentada da existência humana e do espaço que ela produz.

Desterreação: trata-se do "movimento histórico que expropria e expulsa o campesinato da sua relação orgânica com a terra", sendo, portanto, a radicalidade do "processo de ruptura corpo-natureza" que "retira do homem sua fonte de vida e o lança na condição de dependente do mercado como uma peça trocável" (Ibidem, p. 136)**.**

Desterritorialização: fechando o ciclo, trata-se da

> quebra definitiva da relação de corpo que o homem mantinha com o chão e o cosmos, levando a níveis ainda mais profundos a alienação corpórea trazida pela desnaturalização [sic] e o desenraizamento trazido pela desterreação, quebrando literalmente a relação identitária que mantinha o homem como habitante da superfície terrestre através do seu lugar de morada, tornando-o um migrante permanente. (Ibidem, p. 137)

Assim, a "desnaturização, a desterreação e a desterritorialização desespacializam o homem", onde o próprio "espaço vai sendo descolado de suas constituintes empíricas (a natureza, a terra e o lugar) para assim ser transformado num dado abstrato" (Ibidem, p. 138).

Porém, inspirado na literatura regionalista, em especial nas letras de Guimarães Rosa, Ruy Moreira conclui que o humano é o seu espaço, e o espaço é também a forma como o humano vê o mundo. A geograficidade constitui-se, portanto, não apenas no estar em um lugar, mas no ser espacial — onde quer que se esteja. Essa condição emerge do duplo dialético do trabalho, e é dele que se engendra a geograficidade. É nessa chave que Ruy Moreira compreende a relação ontológica entre trabalho e espaço: o trabalho funda a geograficidade, e a geograficidade, por sua vez, "é o tão-ser de um ser-tão-espacial que com ele e por meio dele o geográfico se torna mundo, seja o sertão em que o homem estiver" (Ibidem, p. 158).

Em resumo, a crítica ontológica de Ruy Moreira não apenas desmascara os mecanismos históricos da alienação espacial, mas também recupera, na categoria da geograficidade, a potência de reconexão entre o ser humano e o mundo que ele produz e o reproduz de volta por meio do trabalho.

Considerações Finais

Diante do exposto, podemos afirmar, seguindo as leituras de Lukács, Mészáros e outros autores marxistas desta tradição, que os Manuscritos Econômico-Filosóficos inauguram uma ontologia firmada no materialismo e na dialética em Marx, colocando o trabalho como uma categoria central de toda a socialidade e, assim, o trabalho alienado como fundante de toda socialidade alienada e estranhada.

É a partir disso que fomos em Ruy Moreira e Milton Santos buscar a Geografia dessa alienação. Enquanto Ruy aprofunda a dimensão ontológica da relação entre espaço e trabalho, Milton nos revela a natureza concreta e contraditória do próprio espaço geográfico. Combinando ambos, compreendemos que é o trabalho que funda os objetos e as ações, os quais, por sua vez, formam e transformam o espaço; quando alienados, portanto, geram um espaço igualmente alienado e, dialeticamente, alienante.

Ambos os autores mostram que pensar o espaço em diálogo com Marx, portanto, exige mais do que a repetição acrítica de jargões marxistas para o campo da Geografia: o espaço não é apenas palco da reprodução econômica, mas também instância social ativa, capaz de gerar fenômenos próprios. A alienação do trabalho, ao espacializar-se, adquire novas mediações, que não podem ser plenamente apreendidas nem por descrições empíricas fragmentárias, nem por formulações abstratas desligadas da materialidade histórica da vida social. É nesse sentido que o materialismo dialético se mostra decisivo para uma crítica da alienação espacial, ao permitir compreender, em sua unidade contraditória, trabalho, espaço e demais mediações do ser social. Nessa direção, o debate aqui proposto também se abre como possibilidade de aproximação com a Geografia do Trabalho, particularmente com formulações que vêm buscando pensar, em chave ontológica e marxista, as relações entre mundo do trabalho e produção do espaço. Como indicado por Moreira (2016), este é um caminho que ainda precisa ser devidamente construído.

Ainda que não caiba ao escopo deste artigo, julgamos necessário indicar, ao menos brevemente e a título de conclusão, como uma Geografia da Alienação pode contribuir na compreensão da nova morfologia do trabalho alienado (Antunes, 2018) e de suas formas de alienação/estranhamento espacial no sistema do capital contemporâneo: o capitalismo global contemporâneo é marcado por guerras de destruição massiva, desastres ambientais exponenciais, desregulação e hiperexploração do trabalho, migrações em massa e desigualdades sociais cada vez mais acentuadas. Em meio a toda essa crise, o obscurantismo da extrema-direita se fortalece ao transformar a guerra em objeto de desejo, negar o colapso ambiental, naturalizar a exploração como empreendedorismo e fomentar ódio contra migrantes e minorias, responsabilizados por problemas estruturais do espaço geográfico internacional.

É claro que não cabe, neste artigo, analisar cada uma dessas esferas em sua complexidade — tarefa que deixamos para projetos futuros. O que buscamos foi apenas indicar que a alienação espacial, que leva os sujeitos a agirem contra seus próprios interesses e criarem espacialidades estranhadas, pode ser compreendida como fruto do espaço alienado, fundado e fundante do trabalho alienado em suas novas morfologias. Mais do que

diagnosticar problemas, a proposta de uma Geografia da Alienação aponta para sua suprassunção: trata-se de reconfigurar o trabalho como atividade rica e humanizadora e, a partir dele, produzir objetos, ações e tecnologias que conformem um espaço pleno de sentido. Esse espaço, enraizado na geograficidade, pode sustentar a completude de uma individualidade orientada por uma ética solidária e cidadã, em consonância com cada espacialidade historicamente concreta, respeitando os lugares e seus entornos. Voltando à provocação inicial: que possamos criar espacialidades dotadas de sentido para que nunca mais nos imaginemos como Sísifos felizes.

Referências

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CAMUS, A. **O Mito de Sísifo**. – 33. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2024.

KONDER, L. **O Que É Dialética.** – 28. ed. – São Paulo: Brasiliense, 2008.

LUKÁCS, G. **Para Uma Ontologia Do Ser Social 1**. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria Da Alienação Em Marx**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2006.

MOREIRA, R. **Pensar E Ser Em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, R. **O Que É Geografia**. 2. ed. – 2009 Disponível em: https://dakirlarara.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/08/o-que-c3a9-geografia-moreira-ruy.pdf. Acessado em 25/07/2025.

MOREIRA, R. Teses para uma geografia do trabalho em: **A Geografia do espaço-mundo**: conflitos e superações no espaço do capital. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

MOREIRA, R. Marxismo E Geografia (2019). **Caderno Prudentino De Geografia, 1(11-12), 27-42**. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6323. Acessado em: 22/06/2025.

NETTO, J. P. **Introdução Ao Estudo Do Método De Marx**. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Karl Marx: uma biografia**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

PESSOA, F. **Poesia Completa De Alberto Caeiro**. - 2. ed. - São Paulo: Companhia de Bolso, 2022.

PESSOA, F. **Livro Do Desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. - 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. - 120 ed. - Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

SANTOS, M. O Retorno Do Território. Em: **OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005**-). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

SANTOS, M. **A Natureza Do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. – 4. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **O Trabalho Do Geógrafo No Terceiro Mundo**. – 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, M. **O Espaço Do Cidadão**. – 7. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, M. **Pensando O Espaço Do Homem**. – 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021a.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. – 32. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2021b.

TEIXEIRA COUTINHO, B. Introdução de Georg Lukács no pensamento geográfico brasileiro. **Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 43, p. 140–169, 2017. DOI: 10.62516/terra_livre.2014.579**. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/579. Acessado em: 20 set. 2025.

Como citar este artigo:

SANTOS, Leonardo Peçanha de Souza. Por uma Geografia da Alienação: ontologia, trabalho e espaço. **Boletim Paulista de Geografia (BPG)**, São Paulo SP. v. 116, p. 612-634. 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/282cah29

Recebido em 20 de setembro de 2025

Aceito em 25 de agosto de 2026

Sobre o autor: Leonardo Peçanha de Souza Santos possui graduação em Geografia (2025) pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). Pesquisa a relação entre trabalho, espaço e alienação à luz da ontologia marxista do ser social. Trabalhador assalariado, entende o espaço alienado como algo que se pensa, se vive e se transforma.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues